



Don Erwin e
Cacique Raoni

Eram os verdes astronautas?

Francisco del Moral Hernández
Membro do Núcleo de Estudos d'O Capital e colaborador
do Movimento Xingu Vivo para Sempre

Este é um pequeno texto em homenagem a livros e militantes. Me lembro com muita saudade de algo que meu pai me relatou quando ainda eu era criança. Me disse que bem cedo começou a ajudar no orçamento doméstico, já que minha avó, viúva, se descabelava para criar condições de sustento de quatro filhos. Aos doze anos, meu pai carregava compras nas *tiendas* de Oviedo no norte da Espanha e com o dinheiro que eventualmente sobrava, comprava livros. Assim foi fazendo até a juventude, que foi interrompida pela sua convocação para a guerra civil espanhola, já morando em Madrid. Foi convocado para lutar no lado republicano, o que lhe caiu bem, pois anos antes quando somava quatorze ou quinze anos havia se voluntariado a dela participar. O lado republicano foi a escolha, e lhe coube ser ajudante de cozinha, descascando batatas, por complacência *del capitán*, que estranhou um menino à sua frente querendo participar da guerra.

Voltando aos livros, como já somava alguns volumes adquiridos, o que fez antes de se apresentar? Os colocou em um baú e os enterrou para que quando a guerra acabasse a busca ao tesouro se refizesse e o conhecimento acumulado aflorasse. Era sua visão possível da preservação de seu esforço autodidata.

Assim, quando me lembro desta curiosa ousadia em se lançar à guerra e perseverantemente imaginar retornar dela vitorioso, me vem a imagem dos livros como herança. Herdei seu nome, influência anti-fascista, carinho e cuidado pelos livros. Um dos que me caíram pela mão na adolescência, na época famoso, se chamava *Eram os deuses astronautas?* Best seller de Erich von Daniken que falava

sobre a possível presença de seres extraterrestres que deixaram marcas inequívocas sobre o contato, as principais delas vistas apenas do céu. Hoje seria algo semelhante ao destaque às aparições especulativas de *crop circles*. Um outro livro que muitos anos depois me caiu às mãos foi *A Condição Humana* de Hanna Arendt, que já no prólogo fazia menção também a um artefato humano que entrou em órbita e, através dele, teria a possibilidade além de ver o planeta Terra do alto, também a expressão da condição humana de dar vários vôos, vôos altos e aliviar a ansiedade daqueles que se viam presos ao planeta. Lembremos que em 1957, quando o Sputnik foi lançado ao alto pela União Soviética da base de Baikonur, o incômodo militar e político era pulsante e o satélite transportava simultaneamente o temor e a esperança. Finalmente faço menção a um terceiro livro, *O Brasil no Espaço* de José Luis Fiori, que no conjunto de coletâneas, reflete sobre a possibilidade dos brasileiros pegarem o país pelas próprias mãos ao invés de se deixar vagar pelo espaço em rota pré-programada, alienígena. O último autor sem dúvida é o mais próximo do marxismo, a segunda, filósofa política, dialoga com o pensamento Mourisco, o primeiro autor, não faço idéia do que professa politicamente, mas sem dúvida é um militante.

Não desconsiderei nenhum destes três livros, influenciado pelo carinho que meu pai tratava os livros. Me lembrei deles como ponto de partida para este ensaio que tocará em assuntos distantes para os marxistas, reconheçamos. *Marx Ecology* de John Bellamy Foster e *Natural Causes* de James O'Connor foram livros-resultado de esforços na tentativa de aproximação do pensamento de Marx à ecologia. Da leitura dessas duas obras, de pensadores assíduos nas páginas da *Monthly Review*, vêm destaques que mostram a preocupação de Marx em reconhecer as condições ambientais e da base biofísica em manter ou fazer sucumbir o modo de produção, cada um dos modos de vida e, por conseguinte, a produção de ideologia que, em sua dimensão de proliferação política, por sua vez, gera outras tantas necessidades que modelam o arranjo social que faz suceder outras adicionais.

Claro que a velocidade dos fenômenos de transformação da base biofísica em recursos materiais no século 19 é completamente distinta em qualidade e quantidade se compararmos com o que se observa já no início deste século. Os marxistas também não são os mesmos e nem poderiam sê-lo, por dever histórico e militante. Mesmo no início do século 20 que testemunhou a vitória e

presença da revolução bolchevique, importantíssimo capítulo do socialismo, Lenin já colocava nos termos simples das equações que Socialismo = eletricidade + soviets; e mesmo o Mouro, décadas antes, se deslumbrou com as fantásticas demonstrações das grandes exposições universais, tal como a de Londres de 1851, que mostrou a inovação técnica da grande indústria e do fenômeno de geração de eletricidade.

Se existe um fetichismo da mercadoria, não poderíamos deixar de reconhecer a existência de um fetichismo da energia, mais ainda em momento presente, quando ela se apresenta como mercadoria, dialeticamente, já que carrega consigo também o seu conteúdo ontológico como substrato e meio para satisfação de necessidades. E eletricidade tem muito a ver com o ambientalismo, uma vez que a fronteira hidrelétrica brasileira avança sobre a Amazônia, sobre rios ancestrais e indígenas como o Xingu, arteriais como o Tapajós e na porção oriental do país vizinho, Peru, povoados por indígenas, onde se planejam outras tantas hidrelétricas, próximas de onde von Daniken identificou (ou sugeriu), do alto de sua militância, pistas de pouso de naves extraterrestres. As imagens de satélite hoje mostram a mancha de devastação da floresta que se correlacionam com obras de infraestrutura das indústrias da mineração, siderurgia, do alumínio e da eletricidade.

Não há nenhuma intenção em associar estas visões do espaço sobre os fenômenos da história com a abordagem de um grupo marxista, que já teve um momento de curiosa controvérsia, os Posadistas. Mas sim identificar que a visão do espaço, ou esperançosamente de conjunto, pode identificar a pertinência e o peso das parcelas presentes na equação anteriormente mencionada. Se por um lado existe o fortalecimento do fator eletricidade, cabe mencionar se existe no desdobramento contemporâneo da realidade o fortalecimento dos *soviets*, e na junção dos fatores, do socialismo.

Dentre os senões, existem as chamadas “anomalias selvagens”, parafraseando o livro de Antonio Negri. Vale a pena lembrar-se de alguns exemplos militantes: o abrasileirado Glenn Switkes, defensor dos rios livres de paredões, que pediu que suas cinzas fossem jogadas nas corredeiras do Xingu; indígenas - como a guerreira Kayapó Tuíra, que passou o terçado nas faces do diretor da Eletronorte na década de 1980 ao se opor à usina hidrelétrica de Belo Monte (que então era chamada de Kararaô, hoje com nome que carrega

um tanto de infelicidade histórica, lembremos de Canudos)¹ e retorna ao Senado Federal em 2009 apontando o dedo ao diretor da FUNAI que dizia que os índios tinham sido ouvidos sobre a construção da hidrelétrica; o líder Raoni, que novamente se lança à cruzada nacional e internacional, pois antevê seu rio, seus povos e parentes ameaçados; o cacique Kayapó Megaron Txucarramae, demitido faz poucos dias da FUNAI, supostamente por se opor às hidrelétricas na Amazônia; D. Antonia Melo, moradora de corpo e alma de Altamira e do Xingu, homenageada nesta revista e que não passa um dia sem pensar nas consequências da hidrelétrica, cujas convicções não estão nos duvidosos números de geração de energia, mas na certeza de que os ricos não dividem a riqueza e o capitalismo nunca pedirá desculpas pelo rastro de pobreza e rasgos na floresta; Dom Erwin, bispo da prelazia do Xingu, que mora em frente ao rio Xingu faz décadas, militante da Igreja Católica e das causas sociais e indígenas que já testemunhou outras promessas não cumpridas de progresso para a região.

São exemplos de militâncias, do ponto de vista da ação, desencadeadas e decorrentes do desdobramento do modo de produção e da dominação do espaço, certamente com tintas também de acumulação primitiva. São manifestações da subversão e de novas versões que o discurso do poder, por sua vez, insiste em caracterizar como antagonistas, retrógradas, contrárias ao progresso.

A oposição homem-natureza parece ser uma diáde que sempre nos acompanha. Neste exato momento, parte do mundo da política, particularmente aquela que transita na oficialidade e na institucionalidade, centralizante e hermética em sua essência, faz o debate sobre os rumos de alterações no código florestal. A discussão não diz respeito somente às linhas legais de defesa das florestas, mas diz respeito a visões de mundo e interpretações do que a floresta significa, para quê e para quem. Como não reconhecer a trajetória do militante daquele que relata o código florestal na Câmara dos Deputados? Mesmo na divergência que seu texto nos suscita, que é captura economicista e visão simplista (porém decisiva no âmbito das leis) da revolução da relação homem-natureza, destaca-se algo que obriga os marxistas, interessados que são na criação do mundo das necessidades emancipadoras, à reflexão e ação:

A Amazônia é parte do território brasileiro e cabe ao Estado empreender as ações necessárias para que os cidadãos que ali vivem não fiquem à mercê de contingências naturais e sociais,

sem que a organização política da sociedade não tenha como dar respostas adequadas. Pois se assim fosse, estariam plenamente justificadas as demandas autonomistas daqueles grupos que não se reconhecem no tecido social da Nação. A pretensão de ONGs estrangeiras indigenistas e ambientalistas de tutelarem aquela parte do território nacional e seus habitantes é um escárnio para o Estado e para o povo brasileiro.²

Assim se apresenta o caso da conquista econômica da Amazônia: luta tenaz do homem contra a floresta e contra a água. Contra o excesso de vitalidade da floresta e contra a desordenada abundância da água dos seus rios. Água e floresta que parecem ter feito um pacto da natureza ecológica, para se apoderarem de todos os domínios da região. O homem tem que lutar de maneira constante contra esta floresta que superocupou todo o solo descoberto e que oprime e asfixia toda a fauna terrestre, inclusive o homem, sob o peso opressor de suas sombras densas, das densas copas verdes de seus milhares de espécimes vegetais, do denso bafo de sua transpiração. Luta contra a água dos rios que transformam com violência, contra a água das chuvas intermináveis, contra o vapor d'água da atmosfera, que dá mofo e corrompe os víveres. Contra a água estagnada das lagoas, dos igapós e dos igarapés. Contra a correnteza. Contra a pororoca. Enfim, contra todos os exageros e desmandos da água fazendo e desfazendo a terra. Fertilizando-a e despojando-a de seus elementos de vida. Criando ilhas e marés interiores numa geografia de perpétua improvisação, ao sabor de suas violências.

Para vencer a força desadornada da natureza ainda em formação, para abrir brechas nesses cerrados batalhões de árvores inexpugnáveis, seria necessária uma sábia estratégia do elemento humano. Seria preciso, antes de tudo, que ele concentrasse as suas forças. Que se agrupasse em zonas limitadas e desencadeasse nesses pontos estratégicos a luta contra a floresta. Infelizmente isso não se fez. O povoamento amazônico foi conduzido de maneira dispersiva, sem nenhuma tática para a luta a ferir-se e, portanto, previamente condenado ao fracasso.³

Onde estão os militantes na interpretação do relator? Não são considerados povo brasileiro? Todas as organizações são estrangeiras? As brasileiras são estrangeiradas? Os militantes são subjugados pelo imperialismo das ONGs? O Movimento dos Atingidos por Barragens, lado a lado com os imperialistas? Conselho Indigenista Missionário e a Comissão Pastoral da Terra ao lado dos interesses

alienígenas? A liberdade da escrita e a generosidade desta revista me permitem dizer que nas linhas anteriores à sequência de perguntas sofri um mal estar de civilização, talvez porque tenha exercido, dentre algumas atividades militantes, a navegação por alguns rios amazônicos e prosa nas terras ribeirinhas.

Volto ao livro empoeirado da estante. É na ação e no discurso que mostramos quem somos, e os riscos da homogeneização pode ferir a observação e fazer com que não nos sintamos provocados. Ao lermos estes trechos da proposta de mudança no código florestal, nos recordamos mais uma vez do diálogo que Hannah Arendt acaba fazendo com o marxismo e com a pluralidade da política:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades de gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferísse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas.⁴

As evidências nos mostram que existe uma forte reação de oposição por parte das comunidades ribeirinhas e indígenas e com capilaridade nos meios de comunicação, junto ao Ministério Público, junto a parcelas da comunidade científica e nas chamadas redes digitais, estabelecidas por conta de contraposição ou crítica a projetos em curso de hidrelétricas ou aos processos de licenciamento ambiental e de instalação de obras de infraestrutura. Existe também um posicionamento bastante crítico que se manifesta através de organizações não governamentais ligadas à defesa dos direitos humanos e ligadas à defesa e proteção do meio ambiente.

Para cada um destes posicionamentos, seja em um enfrentamento através do debate, ou mesmo na manifestação através de artigos e entrevistas em jornais, se antepõe outra evidência: a de que o discurso oficial se apresenta como ordem. As instituições se apresentam como porta-vozes da segurança social e ordenam o discurso de tal forma que as soluções para problemas (e suas formulações) se apresentem dentro de uma lógica de senso comum e que amparem a sociedade no sentido de conter manifestações mais radicalizadas do movimento social, na sua permanente tentativa de

identificação dos recursos políticos possíveis e disponíveis, no sentido de tranquilizar a sociedade ao dizer que existem instituições sólidas que possam apresentar soluções que afastem as crises.

De maneira recorrente, quase invariável, o discurso oficial interroga os grupos críticos ou opositores com a seguinte pergunta: então, já que se opõem, o que se propõe no lugar? Eduardo Viveiros de Castro nos diz em entrevista: “A ideologia interpela a pessoa, obriga-a a responder. A pessoa, quando dá fé, já respondeu. Ouvir a pergunta é ter dado a resposta - a pergunta é uma resposta”.⁵

Mas existe um pensamento nômade⁶ que recusa o método universal, porque o pensamento universal se utiliza de um sujeito pensante universal que o coloca como sujeito contraposto, ameaçador, possuidor de uma infâmia, ou de um pensamento exótico diante do majoritário. Por vezes estes são predicados do militante.

Evidencia-se por vários ângulos que se olhe a ação e proposição da situação descrita por Eduardo Viveiros de Castro, exemplificada e ilustrada magistralmente pelo mito do Índio que se vê, por necessidade de alguma contingência, a entrar sozinho no mato e é interpelado pela onça. Naquela situação, está sozinho, desprovido de proteção dos seus parentes. O índio sozinho tem que decidir o que fazer com a interpelação. Se responder, é capturado pela onça, pois se tornou um igual.⁷

Os movimentos de resistência são como indivíduos interpelados, pois, de certa forma, estão sendo colocados face a face com possibilidade de captura pela ordem do discurso, já que muito poderosa em recursos políticos, complexidade e estruturada socialmente, recheada de desenvolvimentismo e do “direito igual”, aplicação de regra única a diferentes pessoas que enquadra a minoria, mas, como disse Marx, consome-se na violação da igualdade e da justiça. Como interpretar a fala de um índio Kayapó distante várias centenas de quilômetros de onde se propõe a construção de uma barragem, que diz que não importa se está distante ou próximo, uma vez que o rio é cíclico e lá perto da foz estão seus parentes que transmitirão sua tristeza pelo ciclo atmosférico das águas que retornarão às cabeceiras? Na busca de uma interpretação mais fina de como agir politicamente, do espaço ao chão, com livros enterrados e desenterrados, sem a pressa de satisfação dos fluxos de caixa que o capitalismo, organizador primário, nos impõe em sociedade, persistamos o olhar e embalemos, aqueles que puderem, a Ode aos Militantes dos Movimentos Sociais.

Notas

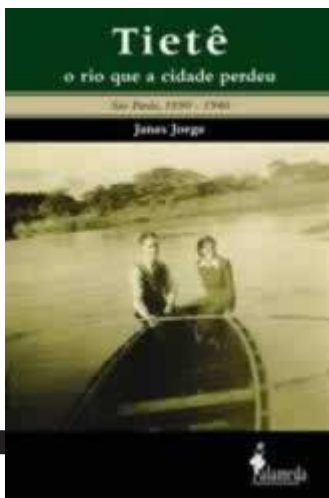
1. Fazemos alusão ao fato de que a região de Canudos na Bahia, palco da Guerra de Canudos (1896-1897), foi batizada de Belo Monte com a chegada de Antônio Conselheiro e seus seguidores em 1893. Após ser destruída pelo exército, retoma o nome de Canudos e se reconstrói em 1910, sobre as ruínas de Belo Monte.
2. Parecer do relator deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados pp. 14-15
3. Op.cit. p. 15
4. ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*, p. 188. – Forense-Universitária e Salamandra, Rio de Janeiro - São Paulo Edusp (1981).
5. CASTRO, E. Viveiros. *Encontros*. Organização Renato Sztutman. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. p.237, no capítulo “Uma boa política é aquela que multiplica os possíveis”.
6. Cf. DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Mil Platôs - v. 5. *Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34 Letras. 1997. Tradução Peter Pál Pebart e Janice Caiafa. Mil Platôs, p. 49.
7. Ver CASTRO já citado; destacamos o trecho: “A estratégia indígena é, em primeiro lugar, colocar um monte de parente na sua frente, não ficar sozinho. A solidão é uma experiência não só psicologicamente, mas metafisicamente arriscada no mundo indígena. Em suma, a solidão é patológica e patogênica. Ela cria situações de perigo, de doença, de roubo da alma e de invasão do corpo, de defecção e de infecção. Você passa para o outro lado, vira o outro. Perda de controle: você passa a ser controlado pela alteridade.” (p.238).

Tietê

o rio que a cidade perdeu

Uma história
do rio Tietê

Janes Jorge



Livro recupera a importância do rio para a cidade de São Paulo. No primeiro meio século de regime republicano, os paulistanos de nascimento ou por adoção, assistiram à transformação de um rio cheio de vida, com peixes abundantes em suas águas, pássaros e animais em suas várzeas, em um canal estreito e sujo, dominado pelos interesses da industrialização. Este livro recupera, com argúcia ecológica e competência de historiador, a relação dos paulistanos que viviam deste e para este rio, o Tietê, que a cidade perdeu.

Historiador sensível às questões

do poder e das vicissitudes do ecossistema do rio Tietê, Janes Jorge revive neste livro o papel que tiveram a destruição das matas ciliares e a valorização das várzeas sobre o desaparecimento gradativo dos pássaros, dos peixes, da caça, que era o sustento dos moradores pobres. Brinda-nos com a história social dos ribeirinhos, dos grileiros das várzeas do Tietê, dos pequenos canoeiros que pescavam e sobreviviam da lenha e da caça, que foi abundante nas margens do rio até a década de vinte.



Editora Palamed.